



Interseccionalidade e Fronteiras

Pré-Evento - 18. Congresso Mundial de Antropologia - IUAES

12 e 13 julho 2018

Jardim Universitário | UNILA

A COR, O GÊNERO E A CLASSE DA VIOLÊNCIA: O FEMINICÍDIO DA MULHER NEGRA, REALIDADE COM RAÍZES HISTÓRICAS

Graduada: Thais Mechler Fernandes (PUC-MG)

E-mail: thaismechler@yahoo.com.br

Resumo. Ao passo que, no Brasil, o feminicídio das mulheres não negras diminuiu 7,4% entre 2005 e 2015, o feminicídio das mulheres negras aumentou 22% no mesmo período de tempo. Essa discrepância apontada pelo Atlas da Violência de 2017 possui raízes históricas. Não se tem o número exato de pessoas escravizadas vindas da África chegaram ao Brasil durante o período Colonial. Sabe-se que entre homens, mulheres e crianças todos viviam em condições subumanas de moradia, alimentação e trabalho. Durante este período as mulheres eram obrigadas a produzir tanto quanto os homens, porém a elas eram destinados castigos que só às mulheres cabiam, além de inúmeras vezes serem exploradas sexualmente. Logo percebe-se que a mulher negra sempre sofreu por sua condição de gênero e raça, uma dupla opressão. Com a abolição da escravatura sem nenhuma política de inserção social para os libertos, estas pessoas foram lançadas à sociedade e passaram a ocupar os locais menos prestigiados e mais marginalizados, formando assim a classe socioeconômica mais baixa. Essa situação perpetuou e fortaleceu o racismo que havia legitimado o período escravocrata. Fazendo parte do corpo de pessoas mais pobres, marginalizadas por serem negras e sendo oprimidas por seu gênero, as mulheres negras foram e são historicamente negligenciadas. Apagadas como agentes históricas (salvo por sua condição de escravizadas) e invisibilizadas, a sociedade menospreza o massacre diário de mulheres negras. À insistente não há proteção.

Palavras-Chave: Mulher negra; violência; feminicídio; invisibilidade.

1. Introdução

2.

A escola, de modo geral, ainda ensina que os negros/escravos chegaram ao Brasil com a colonização após seu “descobrimento” trazidos pelos portugueses que os capturaram em terras africanas – quando não que estas pessoas já eram escravizadas pelo seu próprio povo e os portugueses “apenas” os compraram. Os negros neste contexto são tratados como uma unidade, um contingente coisificado de pessoas que chegaram às terras tupiniquins sem identidade, sem

história e sem gênero. “Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero.” (DAVIS, 2016, p. 17). Não há diferenciação entre homens e mulheres, salvo aquelas, “privilegiadas”, que são colocadas na casa grande ou têm “casos de amor” com seus senhores. Tudo muito romantizado. A real condição da mulher negra escravizada ainda é deixada à segundo plano pela educação.

Considerando que a maioria da população brasileira para seus estudos na educação básica e que esta é responsável, considerável, pelos conhecimentos históricos adquiridos, bem como pela formação intelectual destes sujeitos pode-se supor que tudo que é, ou deixa de ser aprendido e apreendido neste período exercerá influências sobre sua forma de pensar e agir, obviamente não exclusivamente. A partir desta premissa pode-se compreender a “inexistência” da mulher negra para muitos. Ela raramente foi analisada como sujeito histórico fora de um corpo social generalizado que a fagocita, ou a análise é pelo viés de ser mulher ou de fazer parte do contingente social negro, dificilmente como um mulher-negra que passa por violências e situações específicas de sua dupla condição de opressão.

Ser colocada em segundo plano, ou inserida em um grupo maior sem que suas especificidades sejam pautadas faz com que a mulher negra pertença a um não lugar, impassível de políticas especializadas ou tratamento condizente. Analisar a invisibilidade histórica da mulher negra é um caminho significativo para compreender porque a violência contra esse grupo é tão grande e pouco tratada.

Este estudo, ainda em fase embrionária, percorre o caminho histórico desde as mulheres negras escravizadas, caminha sobre as questões defendidas e reivindicadas pelo feminismo europeu - que não se atentou a este grupo de mulheres, perpassa pela questão de classes - inseparável de qualquer análise de gênero e raça - para tentar analisar os altos índices de violência contra a mulher negra que, de modo geral, ainda é pouco discutido.

3. Uma história de violência

A mulher negra sempre foi violentada de diversas formas. Quando antes por sua condição de escravizada, dentro de um processo colonial, no presente pela dupla, se não tripla, opressão por ser mulher, negra e pertencente às classes menos favorecidas socialmente.

De acordo com Saffioti pode-se entender que dentro do entendimento popular a violência é a “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.” (SAFFIOTI, 2015, p 18). Desta maneira além das formas

palpáveis de violência como a física e a sexual há aquelas fora do espectro do tocável como a psíquica e a moral. Contudo todas estas formas de violência deixam marcas na vítima.

Durante o período escravocrata as mulheres negras eram trazidas ao continente americano para serem comercializadas de diferentes formas. Como força de trabalho nas lavouras, fazendas ou mineração e possuíam o mesmo valor dos homens escravizados, pois exerciam as mesmas funções e produziam tanto quanto eles. Em outros casos, de menor escala, elas eram direcionadas aos trabalhos domésticos nas casas grandes. Contudo há que se considerar também que não raramente eram escravizadas como matrizes reprodutoras, especialmente após a proibição do comércio de pessoas, e para exploração sexual.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 19)

Percebe-se que a violência contra a mulher negra ultrapassa a violência sofrida pelo homem negro e nem de perto se assemelha às violências sofridas pelas mulheres brancas. Isso considerando-se apenas as formas de violência palpáveis, a física e sexual. Frequentemente separadas de seus filhos e companheiros, vivendo sob a ameaça constante de seu Senhores e subordinados a violência psíquica e moral como define Saffioti como não palpáveis, mas passíveis de enlouquecer a vítima causando feridas irreparáveis em sua alma (SAFFIOTI, 2015) estas mulheres resistiram e foram peça chave no processo de libertação dos escravos, seja no confronto direto ou indireto.

A necessidade de manter seus vínculos familiares, proteger sua prole e seus companheiros e em alguns casos toda a sua comunidade fez com que muitas mulheres escravizadas ameaçassem seus senhores com o suicídio – de alto nível de perda econômica, pois mulheres escravizadas geram crianças escravizadas – e com o infanticídio. Alguns fazendeiros temiam até o envenenamento pelas mãos de suas mucamas (PAIXÃO; GOMES, 2012). Estas posturas de resistência apenas de todos os intemperes da situação mostram a força, desenvolvida historicamente, da mulher negra.

Enquanto estas mulheres passavam por uma vida de violências legitimadas por aqueles que a faziam ou que se silenciavam, as mulheres brancas estavam lutando pelos direitos das mulheres.

Na segunda metade do século XIX, mais especificamente nos Estados Unidos da América, as mulheres brancas se engajaram na luta antiescravagista enquanto também lutavam pelos direitos das mulheres – neste caso elas mesmas, mulheres brancas. Neste momento as mulheres – brancas – já não cabiam no reducionismo do trabalho doméstico que após a industrialização passou a ser o papel de mãe e “dona de casa”. Esta luta foi infinitamente significativa para o processo de abolição da escravidão estadunidense e para a aquisição de direitos das mulheres. Do outro lado do oceano Atlântico as mesmas mulheres brancas também reivindicavam a aquisição de direitos na mesma proporção e em um contexto semelhante. Para compreensão da trajetória da mulher negra é importante ter em mente a concomitância de acontecimentos.

Ao passo que estas mulheres brancas lutavam pela abolição da escravidão e por seus direitos, as mulheres negras nem se quer eram consideradas como mulheres, sempre coisificadas com condição de escravizadas como deixa claro Sojourner Truth em seu discurso na Convenção pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, 1851

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (Sojourner Truth, 1851, on-line)

Apesar da luta pela libertação dos negros pouco ou nada discutiu-se a respeito das condições de vida que seria proporcionada aos futuros ex-escravizados.

Quando este sistema de exploração de mão de obra rui o contingente populacional que antes vivia em condições já precárias nas senzalas das fazendas ou as casas de seus senhores trabalhando forçosamente agora se vê mais desamparado.

Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o Estado e a igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem. (NASCIMETNO, 2017, p. 79)

Deixada à própria sorte a população negra, agora “livre” passa a ocupar as periferias das cidades e exercer os trabalhos menos prestigiados e mais menosprezados. Ainda hoje essa realidade se mantém, em pesquisa divulgada em maio de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística constatou-se que percentualmente há quase o dobro de negros analfabetos do que brancos, a taxa de desemprego dos negros é quase o dobro de brancos e que o rendimento salarial de um negro é 43,5% mais baixo do que de um branco. Essas estatísticas comprovam que a desigualdade social entre negros e não negros se mantém apesar de mais de um século ter se passado da abolição ao presente momento. É importante ressaltar, também, que o desmantelamento de um sistema econômico não liquida a ideologia que há por trás dele. O racismo que antes justificava a escravização e subordinação do negro agora segrega estas pessoas aos porões da sociedade baseado na inferioridade do grupo negro em virtude dos brancos.

4. Negra livre

Agora parte de um povo livre, pressupõe-se que a mulher negra esta liberta para exercer seu papel social tal qual qualquer outro elemento da comunidade, porém a ela são destinados pesos exclusivos. A mulher negra, bem como a não negra, assume o papel de matriarca em sua família, porém como parte de um corpo social economicamente desfavorecido e marginalizado a negra é incumbida uma dupla, tripla, quando não quadrupla jornada de trabalho para manter sua família e caminhar em busca de ascensão socioeconômica. “Nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalham duramente durante séculos como escravas nas lavouras, ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas. ” (CARNEIRO, 2011). Por si esta já é considerada uma agressão à mulher negra que precisa se desdobrar para (sobre)viver.

Esta mulher ocupa lugares sociais invisibilizados de diversas formas. Ela está dentro das casas da classe média cuidando do lar e das crianças enquanto seus próprios são deixados forçosamente de lado, atrás de balcões de lojas – quando possuem “boa aparência” – limpando

empresas, escritórios, colégios e hospitais, nos bastidores de restaurantes como cozinheiras e ajudantes de serviços gerais. Esses locais de irrelevância são resquícios nada sutis do período escravocrata e do racismo que nele imperou e ainda vigora na sociedade contemporânea.

Essa situação de invisibilidade que ocorre dentro do mercado de trabalho reflete e é reflexo de um ocultamento desta mulher em outros espaços, por exemplo nos espaços de debates de minorias. Quando o movimento feminista surgiu tratava-se de um movimento de mulheres brancas de classe média a medida em que amadureceu as especificidades das mulheres passaram a ser consideradas em certa medida. Por sua vez quando o movimento negro ganhou corpo este sempre tinha a liderança e a perspectiva masculina. Logo a mulher negra não cabe em nenhum destes locais. Citada por Djamila Ribeiro, Grada Kilomba destaca que dentro de

Um debate sobre racismo onde o sujeito é homem negro, um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre classe onde “raça” não tem lugar (...) As mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que sobrepõe às margens de “raça” e do gênero, o chamado “terceiro espaço”. Nós habitamos um tipo de vácuo de apagamento. (KIOLMA, 2012, p. 56 apud RIBEIRO, 2017, p. 38)

Este não lugar, não pertencimento por completo a nenhum movimento deixa a mulher negra em um local mais vulnerável socialmente, uma vez que os movimentos sociais são um braço da sociedade na luta por direitos e políticas públicas. O movimento de mulheres negras traz para o debate a intersecção de raça, gênero e classe e dessa maneira enegrece o movimento feminista e feminiza o movimento negro (CARNEIRO, 2011) a partir daí as mulheres negras começaram a se unir, inclusive internacionalmente a fim de conquistar seu espaço.

A partir da década de 1990, em especial nas conferências convocadas pela ONU, houve uma ampliação do debate a respeito das questões raciais com a perspectiva antirracista e de respeito à diversidade. Internacionalmente o movimento feminista opera como um dos maiores grupos de pressão entre as minorias, por isso angariou conquistas como o avanço na Conferência de Direitos Humanos de Viena, Conferência do Cairo, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e na IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, em Beijing. Nesta última o Brasil pressionou o G- 77 para manter a redação do Artigo 32 da Declaração de Beijing segundo a qual há a necessidade de

“Intensificar esforços para garantir o desfrute, em condições de igualdade, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais a todas as mulheres e meninas que enfrentam múltiplas barreiras para seu desenvolvimento e seu avanço devido a fatores como raça, idade, origem étnica, cultura, religião...” (ONU, 1995, p. 153 apud CARNEIRO, 2011)

Mesmo com estes avanços internacionais, estas conquistas ainda não se traduzem em dados estatísticos quando se trata da realidade da mulher negra brasileira. De acordo com o Dossiê Violência Contra a Mulher – Violência e Racismo elaborado pelo Instituto Patrícia Galvão as mulheres negras ainda são as maiores vítimas de violência no Brasil. Inclui-se na pesquisa dados sobre a violência doméstica, segundo os quais a mulher negra corresponde à 58,86% das mulheres que denunciaram este tipo de violência – dados da Central de Atendimento à Mulher/2015 e violência obstétrica, sendo a negra 65,9% das vítimas – Ministério da Justiça/2015. Entre os casos de estupro durante o período de 2011 a 2014 houve uma queda no percentual de vítimas brancas, contudo houve um aumento no percentual de vítimas declaradas pardas ou negras de 4,5%. Estes dados, baseados em um banco nacional, não incluem, obviamente, os casos não declarados que marcam apenas a vítima. Considerando-se os dados do ano de 2016 a taxa de homicídio de mulheres negras aumentou 15,4% enquanto a de mulheres não negras caiu 8% (IPEA, 2018). Ao pensar que muitas das mulheres que chegam a perder a vida por serem vítimas de uma ação violenta, muitas vezes já foram vítimas de outras violências de gênero entende-se que muitas destas mortes poderiam ser evitadas e destaca-se a importância de políticas públicas para este grupo social em especial.

5. Considerações

A violência sofrida pela mulher negra é histórica, bem como sua invisibilidade. Se no passado ela era objetificada e explorada por sua dupla condição de opressão, no presente esta realidade não se alterou muito. A sociedade vendou seus olhos e ignorou esse grupo social marginalizado.

Não pertencentes à categoria de mulheres brancas, nem de homens negros a mulher negra está na base da exploração social. Como se suas vidas e bem-estar nunca importassem, elas habitam um limbo social desde sua chegada na América.

É possível analisar que os atuais altos e crescentes índices de violência contra a mulher negra são resultado de 518 anos de exploração, violência e violação de direitos sem a contestação

por parte do corpo social geral, que chega a naturalizar tais situações. Pode-se dizer que além do genocídio do povo negro, há o genocídio da mulher negra que é constantemente testada a sobreviver. Hoje organizadas e capazes de ressignificar sua história estas mulheres têm se unido e lutado por uma mudança estrutural da sociedade, porém que ainda depende de uma mudança postural dos indivíduos que a compõe.

Compreender que este apagamento é histórico e fruto de um processo de colonização cruel e desumano é crucial para desconstruir o não pertencimento da mulher negra naturalizado e pouco analisado dentro do escopo social geral. Para este há um vazio histórico na luta das mulheres negras, como se elas apenas existissem na retaguarda dos homens brancos e negros e das mulheres brancas, ou simplesmente não existissem.

Acreditando no conhecimento como recurso e instrumento de mudança social é preciso trazer à tona e problematizar a situação da mulher negra abertamente na sociedade atual, sem restringir o debate a quem o busca ou àquele que ele afeta diretamente. Este é um papel que deve ser assumido pela educação, pela mídia e por cada indivíduo consciente que busque uma sociedade justa e com equidade. É preciso (re) conhecer para proteger.

6. Referências

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo**: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Géledes, 2011. Disponível em

<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?gclid=Cj0KCQjwvezZBRDkARIsADKQyPmcvLtSIHjufOL5luC98qWGi1pcstqySn5u-ELQGAaUuQ-Ob6Ue8hkaAnyhEALw_wcB> Acesso em 03 de jul de 2018.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. CANDIANI, Heci Regina (trad). São Paulo: Boitempo, 2016. 244p.

IBGE. **PNAD Contínua 2016**: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam- apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>> Acesso em 02 de jul de 2018

IBGE. Somos todos iguais? O que dizem as estatísticas. **Revista Retratos do IBGE**. maio de 2018. Disponível em < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf> Acesso em 02 de jul de 2018

INSTITUTO Patrícia Galvão. **Dossiê Violência contra as mulheres**: Violência e racismo. Disponível em < <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/violencias/violencia-e-racismo/#>> Acesso em 03 de jul de 2018

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, jun. 2018. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf> Acesso em 03 de jul de 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. I reim. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. 232 p.

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim, 1995. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf> Acesso em 03 de jul de 2018

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. História das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. IN: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p, 297- 313.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. 112p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p.

TRUTH, Sojourner. **E não sou eu uma mulher?** Convenção pelos Direitos das Mulheres. Ohio, 1851. Acesso em 21 de nov. 2018. Disponível em:< <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>